Gazeta Mercantil

19 e 21/7/1986

RELAÇÕES TRABALHISTAS

Pazzianotto descarta a intervenção do governo para conter as greves

por Célia Rosemblum

de São Paulo

As greves constituem uma das muitas preocupações do governo. E, segundo o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, as paralisações não são motivo para pânico. Os movimentos devem ser analisados em suas devidas proporções. Em São Paulo estão paralisados cerca de 60 mil em uma força de trabalho de 21,5 milhões de trabalhadores, lembrou o ministro. Segundo Pazzianotto, "as greves são um direito dos trabalhadores que deve ser usado sem abusos". Cada caso de paralisação deve ser considerado separadamente. "Os metalúrgicos de São Paulo estão parados pelas mais variadas razões, os trabalhadores rurais de Leme reivindicam o cumprimento de um acordo trabalhista", explicou. Ele acredita que o movimento poderá refluir bastante na próxima semana.

As greves por aumentos salariais devem ser resolvidas diretamente entre patrão e empregado, considerou Pazzianotto. "Quem paga a conta é a empresa, não o ministro do Trabalho." E alertou: "Tirem da cabeça aquele traço antigo de o Estado resolver problemas desta natureza". E, em um recado claro às reclamações de líderes empresariais que pedem maior segurança para as empresas, declarou: "Não sou do comando de policiamento".

Para o ministro do Trabalho, não existe novidade no fato de a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) reivindicar a aplicação da Lei de Greve. E disse que todas as vezes em que um processo chega ao TRT sindicalistas e empresários reivindicam o cumprimento da legislação trabalhista, em que se insere a Lei de Greve.

NOVA LEGISLAÇÃO

Por determinação do presidente José Sarney, o Ministério do Trabalho iniciou estudos, que devem ser concluídos em noventa dias, sobre a legislação sindical. As idéias mais importantes dessa alteração são autonomia e liberdade sindical, segundo explicou Almir Pazzianotto. "A sociedade brasileira tem pedido que haja alterações profundas na legislação sindical."

A nova legislação já pode começar a ser discutida nesta segunda-feira, quando Pazzianotto se reúne com dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na fase inicial, o ministério está realizando um levantamento de todos os projetos relacionados ao assunto que tramitam no Congresso. Posteriormente, será realizado, uma pesquisa sobre a legislação sindical de vários países que subsidiara o estudo do ministério.

"Os estudos certamente exercerão poderosa influência nas decisões da Assembléia Constituinte nessa área", afirmou Pazzianotto. Ele considera a iniciativa do presidente Sarney de rever a legislação sindical como histórica e fundamental para a democracia.

(Página 7)